

11 de Maio 2021  
Terça-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 258  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



MEDIDA EM VIGOR DESDE JANEIRO

## TAAG corta até 100% nos subsídios

**REMUNERAÇÃO.** Efectivada inicialmente para durar apenas no primeiro trimestre, a decisão foi renovada em Abril para mais três meses e afecta sobretudo os trabalhadores que se encontram em casa que viram retirada a totalidade dos subsídios. Para os que estão no activo, o corte foi de 20%. Empresa justifica-se com “difícil” contexto económico. Pág. 8



ESTUDO REVELA

## Pandemia 'derruba' 51% dos empregos em Angola

Pág. 26



NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DE 2021

## João Lourenço já aprovou pelo menos 2,8 mil milhões USD fora do OGE

**DESTAQUE.** Entre Janeiro e Abril, o PR aprovou projectos avaliados em, pelo menos, 2,8 mil milhões USD não inscritos no OGE. Fontes ministeriais explicam as decisões com prerrogativas previstas na Lei, mas há casos em que determinados projectos previstos aparecem agora aprovados com diferenças orçamentais significativas. Págs. 4 e 5

DADOS CONSOLIDADOS

## Crimes económicos disparam 33% em 2020

Pág. 6

MAURÍCIO NGUELESSI, ECONOMISTA

## “O combate à corrupção brindou-nos com o desemprego”

Págs. 10 a 12



# Editorial

## MANUAL PARA UM NOVO OGE

Quem acompanha as matérias sobre o histórico da planificação financeira do Estado sabe que o quadro já foi muito mais sombrio. Os processos de elaboração do Orçamento Geral do Estado evoluíram de uma situação de opacidade total para um cenário de alguma transparência. E os sinais do início dessa evolução que reconhecemos hoje começaram a ocorrer na segunda metade da década antepassada. Foi nessa altura que o Governo começou a dar-se ao trabalho de apresentar um documento com as despesas e receitas mais discriminadas, ainda que, em termos de definição de prioridades e de execução, a conversa sempre fosse outra. Todavia, para todos os efeitos, passou a ser o início de qualquer coisa que teria de evoluir no sentido positivo.

Passada década e meia, tem de haver o reconhecimento de que o Orçamento Geral do Estado é um documento cada vez mais bem apresentado e, sobretudo, mais detalhado. Os desafios da transparência estão, entretanto, longe de estarem estabilizados e a questão que o VALOR levanta esta semana é um exemplo terminado disso mesmo.

Pelas contas do jornal, o Presidente da República aprovou, em apenas quatro meses, projectos não orçamentados acima de 2,8 mil milhões de dólares. É preciso prevenir que o jornal até pode ter sido

condescendente por omissão, uma vez que menciona outros projectos aprovados e não previstos, cujos custos não aparecem determinados nos decretos presidenciais.

Mas, voltando à questão, o Presidente da República autorizou os projectos e não cometeu qualquer ilegalidade, porque a aprovação de novas despesas a meio do caminho é uma prerrogativa que lhe está reservada na própria lei orçamental. Ora, é precisamente isto que, no futuro, tem de ser alterado em nome do aprofundamento da transparência.

É certo que o Presidente tem de ter a possibilidade legal de autorizar despesas extraordinárias, porque a lógica dos imprevistos assim o exige. Situações inesperadas como o surgimento da pandemia podem exigir custos que, no nosso caso, nem as reservas orçamentais suportariam e não haveria outra forma, senão o recurso a outras fontes, incluindo o endividamento. O que não é aceitável muito menos transparente é a hipótese que a Lei dá ao Presi-

dente de inscrever novos projectos no decurso da execução orçamental, sem quaisquer limites. Bastando apenas que os justifique como sendo de “significativa importância” para o alcance dos seus objectivos. Mais controversa é ainda essa facilidade, se tivermos em conta que, ao contrário do Orçamento, estas despesas extras acabam autorizadas, sem a confirmação do Parlamento.

Sendo o OGE teoricamente um instrumento de compromisso, o alcance da sua transparência deve ser circunscrito aos limites fixados na fase de negociação e de aprovação políticas. Quando o Presidente se reserva a prerrogativa de fazer acréscimos de forma discricionária, mina-se a transparência e abre-se espaço para todo o tipo de aproveitamentos. Sobretudo os eleitoralistas, claro. Precisamente por isso é que, mesmo havendo dezenas de angolanos que morrem de fome todos os dias, o MPLA pensa ser mais prioritária a construção de centralidades.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola  
**Paginação:** Edvandro Malungo e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15  
**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:** Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



### ANTÓNIO DOS SANTOS,

antigo sócio-gerente da Moval, no Huambo

#### Qual é a situação actual desta que já foi a maior fábrica de mobiliário do país?

Na verdade, esta unidade fabril tinha equipamentos até 1992. Portanto, não sofreu tanto os efeitos da guerra. No âmbito do redimensionamento empresarial, foi alienada a favor de um dos antigos sócios-gerentes português em parceria com um nacional. O português acabou por dar um golpe ao Governo.

#### De que forma?

O parceiro angolano estava disposto a investir para retomar a produção, mas o estrangeiro arrendou os imóveis e, com dinheiro daí decorrente, afastou os sócios angolanos, colocando no lugar um procurador.

#### E o governo local nada fez?

Com a introdução dessa figura complicou tudo. Além de que a empresa tinha uma subordinação do então Ministério da Indústria e, por isso, o governo provincial nada podia fazer. Ou seja, não tinha competência nenhuma para impedir a desordem. Assim, a Moval, com os seus 15 mil metros quadrados de área coberta, tornou-se num monstro adormecido, com 700 operários atirados à sua sorte.

### TERÇA - FEIRA

O secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, revela que pelo menos 20 projectos, de um universo de 27 solicitações, beneficiaram de financiamento, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (Prei).

### QUARTA - FEIRA

A secretária de Estado para o Ordenamento do Território, Ana Paula de Carvalho, defende que o processo de venda, via leilão, dos activos imobiliários do BPC, constituído por 480 imóveis, vai ajudar a diminuir a pressão habitacional sobre o Estado.

### QUINTA - FEIRA

A governadora de Luanda, Joana Lina, coloca "um ponto final" ao diferendo entre os municípios de Cacuaco e Cazenga, quanto à gestão do mercado do Kikolo, determinando que o mercado continua sob a gestão do município de Cacuaco.



### SEXTA - FEIRA

A Assembleia Nacional de Angola informa sobre a proposta do grupo parlamentar do MPLA de substituição do provedor de justiça, que renunciou ao cargo sem explicação.



### SÁBADO

O Banco Nacional de Angola informa que pretende criar, este ano, serviços de transferência monetárias por telemóvel para reduzir as enchentes nos bancos comerciais e multicaixas (ATM).



### DOMINGO

Denúncia de alegada avaria técnica da única aeronave da empresa SJL, utilizada na ligação entre a cidade do Soyo (Zaire) e Cabinda, obriga, há dois meses, os passageiros a passarem por Luanda para atingirem os dois destinos.



### SEGUNDA-FEIRA

A Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola (Ensa) apresenta as contas do exercício de 2020, revelando um resultado líquido positivo de 17,6 mil milhões de kwanzas, o que representa um aumento de 278%, em relação a 2019.

### COTAÇÃO



#### PETRÓLEO EM QUEDA LIGEIRA...

O petróleo registou terça-feira perdas ligeiras, depois de começar a semana com ganhos de quase 1%. O Brent, referência às exportações nacionais, iniciou o dia a recuar 0,69%, ao negociar nos 67,85 dólares. Já o WTI caía 0,72% para os 64,45 dólares.



#### ACÇÕES AMERICANAS EM QUEDA...

As acções norte-americanas começaram a terça-feira a cair, influenciadas pela preocupação do aumento da inflação. Os contratos futuros do Dow Jones, do S&P 500 e do Nasdaq 100 recuavam respectivamente 0,79%, 1,23% e 1,94%.

# Economia/Política



NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DE 2021

## PR já aprovou despesas de 2,8 mil milhões USD não previstos no OGE

**FINANÇAS PÚBLICAS.** Projectos agora aprovados sem prévia cobertura orçamental vão desde a construção de centralidades à modernização tecnológica e expansão da rádio estatal. Fontes ministeriais explicam decisões do Presidente com prerrogativas legais. Há certos casos em que os projectos, apesar de previstos, foram aprovados por João Lourenço com valores muito superiores aos inscritos no OGE.

Por César Silveira

O Presidente João Lourenço aprovou despesas avaliadas em, pelo menos, mais de 2,8 mil milhões de dólares para beneficiar projectos não previstos no OGE ou que foram inscritos com valores muito inferiores aos aprovados em

despachos presidenciais, nos primeiros quatro meses.

A recentemente anunciada despesa de cerca de 782 milhões de dólares para a construção das centralidades de Cabinda, Cunene e Bengo é uma das que não constam do OGE de 2021 que, entretanto, reserva despesas para a construção de outras três centralidades, nomeadamente de Saurimo, Carreira de Tiro e Tucuve. O somatório do investimento previsto para estas

três últimas é, no entanto, de cerca de 229 milhões de kwanzas (360 milhões de dólares), muito abaixo do financiamento aprovado para os novos projectos.

Fontes das Finanças e da Construção, que falaram oficiosamente, justificam a situação com a prerrogativa do Presidente da República para “inscrever novos projectos do Programa de Investimentos Públicos de significativa importância para o alcance dos objectivos do Plano de

# 10

Milhões de dólares, diferença entre a despesa prevista no OGE e a aprovada pelo PR para a construção do Instituto de Anatomia/Medicina Forense



## Diferenças abismais

Além das despesas que não constam do OGE-2021, o VALOR verificou também a existência de diferenças consideráveis entre os valores previstos no OGE e os aprovados para determinados projectos. É o caso da despesa para a construção e apetrechamento do Hospital Geral do Bengo, cuja autorização do Presidente da determina o equivalente a 63,180 milhões dólares para a construção e mais 935 mil dólares para a fiscalização. No OGE, a referida obra está inscrita com um orçamento de 4 mil milhões de kwanzas, o equivalente a cerca de 6,060 milhões de dólares. Há ainda a despesa para a construção e apetrechamento do Hospital Pediátrico do Huambo, autorizado por João Lourenço, com uma despesa de mais de 123,703 milhões de euros (cerca de 149 milhões de dólares) e de fiscalização no valor de 1,855 milhões de euros (cerca de 2,3 milhões de dólares). No OGE, está inscrita com despesa de 114.430.846,00 kwanzas, equivalentes a 170,4 mil dólares. Diferença considerável também se regista na despesa prevista e aprovada para a construção e apetrechamento do Hospital Geral do Bailundo. No OGE, a despesa prevista é de 3,129 mil milhões de kwanzas, enquanto João Lourenço aprovou mais de 50,449 milhões de euros (cerca de 60,730 milhões de dólares) para a construção e mais de 756,7 mil euros (910,9 mil dólares) para a fiscalização.

Entre as despesas aprovadas pelo Presidente com valor superior ao previsto, consta também o equivalente a 13,073 milhões de dólares para a construção, apetrechamento e respectiva fiscalização do Instituto de Anatomia/Medicina Forense (morgue). No OGE, a despesa prevista é de 1,423 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 2,2 milhões de dólares.

centralidades que estão previstas”.

No entanto, João Lourenço aprovou outras despesas não previstas no OGE. É o caso dos 653,2 milhões de kwanzas, equivalentes a 989,6 mil dólares destinados à “contratação emergencial para o fornecimento de electricidade à Fábrica Têxtil do Dondo”, bem como a despesa de mais de 1,3 mil milhões de kwanzas, equivalentes a cerca de 2 milhões de dólares para a empreitada de obras públicas para a contenção e estabilização da ravina na zona sul da centralidade do Zango 5, e ainda mais de 39,1 milhões de kwanzas (59,3 mil dólares) para o serviço de fiscalização da referida empreitada”. No conjunto destas despesas constam as que foram aprovadas, no âmbito do PIIM, para a concepção e construção da ponte sobre o rio Macondo, no troço Calunda/Macondo, no Moxico, no valor de 2,793 mil milhões de kwanzas (4,329 milhões de dólares), e o montante para a concepção e construção da ponte sobre o Rio Inwena, no mesmo troço, no valor de 2,521 mil milhões de kwanzas (3,908 milhões de dólares).

A despesa de 3,7 milhões de euros (4,454 milhões de dólares) “para a aquisição de serviços de consultoria estratégica, organizacional, operacional e tecnológica, no âmbito do processo de organização e funcionamento da Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola” e outra de 39,950 milhões de dólares para a cobertura do projecto de modernização tecnológica e expansão do sinal da Rádio Nacional de Angola também foram aprovadas por João Lourenço e não constam do OGE. O mesmo acontece com a despesa de 10,990 milhões de euros (cerca de 13,3 milhões de dólares) “para a adjudicação do Contrato de Fornecimento de Software, Hardware e Treinamento para o Sistema de Observação da Terra”.

No leque das despesas que não constam nas previsões do OGE e foram aprovadas pelo Presidente constam ainda algumas cujos valores não estão expressos nos respectivos decretos presidenciais, como é o caso da “despesa para contratação emergencial, para a adjudicação do contrato de Instalação da Antena Gateway da Banda KA, para gerir as capacidades previstas do ANGOSAT-2”.

O VALOR contactou o Ministério das Finanças para os devidos esclarecimentos, mas, até ao fecho, não obteve respostas.

### MEMORIZE

- **Lei que aprova OGE 2021** determina que Presidente da República pode inscrever novos projectos do Programa de Investimentos Públicos, mas não fixa limite dos valores.

# 782

Milhões de dólares despesa aprovada para construção de três centralidades

Desenvolvimento Nacional 2018-2022, com fonte de financiamento assegurada, e por contrapartida de projectos de baixa ou nula execução”, conforme a alínea f) do artigo 3.º da Lei que aprova o OGE de 2021.

“Provavelmente é por estas centralidades terem já financiamento garantido”, explica fonte da Construção, enquanto a fonte das Finanças calcula que “depois a Construção poderá inscrever estes projectos no OGE de 2022 ou vão substituir as

## Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

**PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'**  
**RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola**

**A AUTORIZAÇÃO** unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras favoráveis à Angola. Pág. 14

**PETROLEO**  
**Potencial do onshore ignorado**

Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos, como fonte de emprego. A produção onshore em Angola marginal, abaixo dos 3%, com tendência a tendência mundial 67% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

**EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS**  
**Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanzas**

A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (ABERAN) é o autor de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no âmbito de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

**Luanda com seis novas centrais eléctricas**

Empresa de Produção de Electricidade - EPICEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que deverão abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

**CATIVIAÇÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS**  
**Governo descarta revisão imediata do OGE**

A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais evitam que o Governo não admita, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Pág. 10-11

Moedas: **USD** 150,9 x2 (+0,3) **EUR** 181,02 x2 (+0,7) **LIRA** 225,7 x2 (+0,3) **YUAN** 24,7 x2 (+0,1) **RAND** 10,5 x2 (+0,1)

**Descarregue a App**

### Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao  
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

## Economia/Política



NÚMEROS DE 2020

# Crimes económicos dispararam 33%

**JUSTIÇA.** Pandemia e crise económica podem explicar o aumento de infracções. Polícia Nacional admite que os casos podem ser superiores aos registos.

Por Isabel Dinis

## Os 10 crimes económicos mais frequentes em 2020

- Especulação
- Exercício ilegal de funções públicas
- Uso de documentos falsos
- Fraude nas vendas
- Burla por defraudação
- Posse ilícita de minerais estratégicos
- Caça furtiva
- Furto doméstico
- Agressão ao ambiente
- Contrabando de combustível

**D**urante todo o ano passado, Angola verificou um aumento no registo de infracções criminais económicas, ao passarem para 4.279 contra as 3.215 contabilizadas em 2019, uma variação de cerca de 33%.

Dados disponibilizados pelo Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais (ISCP) colocam a especulação e o exercício ilegal de funções públicas, uso de documentos falsos e fraudes nas vendas, entre os crimes mais frequentes.

Com um total de 2.688 pessoas detidas, os angolanos desta-

cam-se no número de infracções e, segundo Andrewyong Inaculo, director-adjunto para a área científica do ISCP, apesar do aumento de registo de crimes, os números podem ainda não espelhar a realidade. “As estatísticas podem ser enganosas”, adverte, admitindo a hipótese de o aumento estar relacionado também com a pandemia e a crise económica.

Para Andrewyong Inaculo, desde 2017 que o combate à corrupção ganhou outros contornos, o que “obriga a Polícia e os órgãos de justiça a intensificarem as acções para combater e reprimir os crimes que atentam contra a economia do país”, ressalta.

O Governo de João Lourenço elegeu, como bandeira, o combate à corrupção e aos crimes económicos. E, para o efeito, foi criada a direcção de combate aos crimes de corrupção, que centraliza a investigação deste tipo de casos. O organismo funciona como um novo serviço executivo central do Serviço de Investigação Criminal.

## PETRÓLEO

# Angola produz menos 16 mil barris em Abril

**A** produção média de petróleo no país, em Maio, foi de 1,140 milhões de barris por dia, uma redução de cerca de 16 mil barris face a Abril, de acordo com dados da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), divulgados nesta terça-feira.

Em comparação à quota a que tem direito, à luz do acordo entre a OPEP e parceiros, Angola produziu menos 127 mil barris. Para abril, o acordo atribuiu ao país a possibilidade de produzir 1,267 milhões de barris por dia.

Angola foi, assim, um dos três países do cartel com diminuição considerável na produção. Os outros foram a Venezuela e a Líbia, cujas produções reduziram 81 mil e 67 mil barris, respectivamente.

De acordo com a OPEP, citando fontes secundárias, a produção total de petróleo bruto do cartel (13 produtores) foi de uma média de 25,08 milhões de barris dia, em Abril, um aumento de 0,03 milhões de barris. Contribuíram consideravelmente para o aumento a Nigéria, o Irão e a Arábia Saudita.

Por outro lado, no seu relatório mensal, a OPEP estimou que a demanda aumentará 5,95 milhões de barris por dia este ano, ou seja,

6,6%. A previsão permaneceu inalterada em relação ao mês passado. No entanto, a organização alerta para “incertezas significativas”, principalmente em torno da pandemia, enquanto a preocupação com a Índia pesa sobre os preços do petróleo. O petróleo caiu depois que o relatório foi divulgado, mas ainda está em alta de 30% este ano, perto de 68 dólares o barril.

“A Índia actualmente enfrenta graves desafios relacionados ao covid-19 e, portanto, enfrentará um impacto negativo na sua recuperação no segundo trimestre, mas espera-se que continue a melhorar o seu ímpeto novamente no segundo semestre de 2021”, estima a OPEP. As refinarias de petróleo do país estão a reduzir as respectivas taxas de processamento do petróleo.

A Índia é o terceiro maior consumidor do mundo e o segundo mercado de exportação do petróleo angolano, representando cerca de 8% das compras, depois da China que representa mais de 60%.

No relatório mensal, a OPEP cortou a sua previsão da procura do petróleo para o segundo trimestre em 300 mil barris por dia e aumentou a sua estimativa para o terceiro trimestre em 150 mil barris e em 290 mil barris nos últimos três meses de 2021.



O MINISTRO dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, desafia os empresários belgas da Antwerp World Diamond Center (AWDC) a investir no mercado diamantífero do país.



Em 2018, João Lourenço colocou-se à disposição de jornalistas em duas ocasiões

ENTREVISTA COLECTIVA ENCRAVADA

# Contexto político e económico obriga JLO a ‘fugir’ da imprensa

**COMUNICAÇÃO.** Profissionais da comunicação identificam quebra de promessa do palácio e analista social fala de “divórcio” entre o Presidente e a imprensa. Fonte da Cidade Alta explica, no entanto, ausência de colectivas com a pandemia, mas vários encontros do Presidente colocam em causa a justificação.

Por Guilherme Francisco

Há pelo menos três anos que o Presidente da República não realiza entrevistas colectivas, depois das concedidas em 2017 e 2018 e após a garantia do próprio palácio de que o modelo considerado “inovador” estaria para ficar.

Profissionais da comunicação social não dão, entretanto, voltas à cabeça para apontar as razões por

que João Lourenço terá ‘fugido’ às entrevistas, esfumando a promessa do início de um “relacionamento saudável” entre o Governo e a imprensa.

Victor Hugo Mendes, jornalista e apresentador, vê na quebra da promessa do palácio um sinal claro de distanciamento entre o Presidente e a imprensa, motivada, sobretudo, pelo difícil contexto político e económico. “A posição do Presidente da República dá em si uma resposta clara: fugir à realidade para não expor a situação em que estamos”, observa, dizendo-se “decepcionado”. O jornalista lembra que “tudo começou bem”,

com alguma esperança para todos. “Mas, nos últimos meses, tem sido uma grande decepção. O Governo de João Lourenço está a dar um mau sinal à democracia e à liberdade de imprensa. Ora, sem esses preceitos, o país não se vai desenvolver nem saíra do marasmo em que se encontra”, defende, acrescentando que Presidente se “perdeu na estratégia de combate à corrupção e a agora só está interessado em arranjar formas de ser eleito, mas a falta de resultados não o ajudam muito”.

Uma posição sublinhada também pelo comunicólogo Wylsony dos Santos, que classifica o

modelo de interacção ocidental adoptado de atípico para a realidade angolana. “Na verdade, esse tipo de modelo só tem sucesso em democracias plenas, que não é o caso da nossa. A boa vontade do Presidente foi engolida pelo actual contexto político, económico e social, totalmente adverso aos indicadores de esperança lançados em 2017”, nota.

Apesar desse “contexto desfavorável”, Wylsony dos Santos advoga que é preciso informar os cidadãos em relação às medidas que estão a ser tomadas para inverter o estado actual das coisas. “Não acredito que o Presidente tenha receios de

enfrentar a imprensa para apresentar a sua versão dos factos, mesmo tendo o momento em seu desfavor. Aliás, é justamente nos momentos difíceis que os grandes líderes aparecem para tranquilizar o seu povo”, argumenta.

Embora governar implique comunicar, Amadeu Cassinda, outro especialista da comunicação, também acredita numa eventual mudança de estratégia na Cidade Alta. “Em regra, o que define a adopção de um determinado formato de comunicação é a estratégia. E os planos de comunicação admitem uma certa flexibilidade”, analisa Cassinda, referindo que “isso resulta de vários factores, entre os quais o contexto político e económico”.

Entretanto, o analista social Paulo Brijonev considera tratar-se do prenúncio de um “divórcio”. E observa que os angolanos foram “defraudados”, tanto que esperava uma relação Governo-imprensa mais próxima. Brijonev recomenda mesmo ao Presidente, através dos assessores, a sair do silêncio. “Se quisermos consolidar o estado de direito e democrático é necessário que haja aproximação. Já que não pode fazer directamente com os cidadãos, os órgãos de comunicação estão aí para intermediar. Aconselho que se reveja esta estratégia de comunicação do Governo. O Presidente, enquanto mais alto mandatário, não pode dar o dito pelo não dito. Ele deve ser o exemplo de organização, rectidão, lealdade, verticalidade. Se anunciou, no princípio, que haveria proximidade e entrevista colectiva anual, que o faça”, desafia.

Fonte da Presidência aponta, no entanto, a pandemia da covid-19 como o principal impedimento à realização da entrevista colectiva. No entanto, a justificação desencontra-se com os últimos eventos promovidos pelo Presidente da República no ano passado e neste, como são exemplos o encontro com a juventude, a homenagem aos produtores de bens essenciais e o almoço com figuras históricas por ocasião do Dia da Paz.

Desde que chegou ao poder, grande parte das entrevistas de João Lourenço foi concedida a órgãos estrangeiros. Em 2018, à EuroNews, à RTP e ao Expresso. Em 2020, à DW e ao The Wall Street Journal. O ‘Novo Jornal’ e a TPA foram os únicos órgãos nacionais aos quais João Lourenço deu uma entrevista conjunta, em 2019.

# Mercados & Negócios



Companhia justifica a decisão com dificuldades de tesouraria

MEDIDA EM VIGOR DESDE JANEIRO

## TAAG corta entre 20 e 100% nos subsídios

**REMUNERAÇÃO.** Companhia estatal justifica redução nos ordenados com a pressão sobre as receitas, face ao “difícil” contexto económico imposto pela pandemia. Taag está a fazer apenas dois a três voos domésticos por semana, um regional e outro internacional.

Por Júlio Gomes

A transportadora aérea de bandeira cortou 20% em vários subsídios dos trabalhadores no activo, incluindo os de alimentação, de turno e de risco, ao passo que os colaboradores que se encontram em casa viram esses benefícios retirados a 100%.

Fontes ligadas à Taag disseram ao VALOR que a medida vigora desde Janeiro deste ano e foi justificada pela administração da empresa com o contexto de restrições finan-

ceiras, agravado pela pandemia. No entanto, aquando da comunicação da decisão, através de uma circular interna, a administração da empresa garantiu que os cortes não ultrapassariam o mês de Março. “Entretanto, o Abril também já foi pago e os cortes mantêm-se. Mais do que isso, não se sabe por quanto tempo mais vão durar”, explica uma fonte.

Contactado, o porta-voz da companhia, Carlos Vicente, refere que a diminuição dos subsídios abrange todos os trabalhadores do topo à base, acrescentando ser “injusto” manter subsídios de transporte, alimentação e de risco para quem está em casa. “Desde o início da pan-

demia que a Taag está com muitas dificuldades de tesouraria. As receitas são baixíssimas. Por isso, para manter os salários, era preciso fazer essa engenharia de cortes num horizonte inicial de três meses. Ocorre, porém, que não houve alteração e há o agravamento da pandemia. Por isso, o corte mantém-se por mais três meses”, afirma. “Se a empresa não tem dinheiro, como é que pode operar e honrar compromissos?”, questiona, referindo que “o próprio conselho de administração também não foi poupado”.

Lembrando que “a Taag em nenhum momento deixou de pagar os salários”, Carlos Vicente nota ainda que estes subsídios reclama-

dos pelos trabalhadores não estão previstos na lei, apelando para que os mesmos [trabalhadores] compreendam. “É preciso que os trabalhadores entendam o momento atípico que o país vive. Estamos a fazer, por semana, dois a três voos para as províncias. Um voo regional às quartas-feiras, para Joanesburgo, e outro para Lisboa. Portanto, não estamos a voar em pleno e, por isso, não temos receitas mas, em contrapartida, temos despesas operacionais, incluindo de estacionamento das aeronaves. Sou director e tive o corte de 20%”, exemplificou Carlos Vicente, insistindo que “seria uma injustiça pagar subsídios a quem não está na labuta”.

ATÉ FIM DO ANO

## Empresário chinês abre centro de montagem de electrodomésticos

O empresário chinês LinYoungqing tenciona abrir, até final deste ano, um centro de montagem de computadores, telemóveis, televisores, colunas de som e outros aparelhos electrodomésticos em Luanda. Sem adiantar o valor de investimento, o empresário refere que as obras do centro de montagem começam em Agosto.

Inicialmente, está assegurada a montagem de produtos da marca chinesa BeitTou. O empresário e outros sócios chineses estão a negociar juntamente com a Itel no sentido de passar também a montar telemóveis desta marca.

LinYoungqing pretende contar com a parceria de empresários angolanos, mas apenas na segunda fase de produção. E explica que toda a linha de montagem dos equipamentos será liderada por jovens angolanos cuja formação começa dentro de meses.

No mês passado, o empresário chinês abriu a segunda loja de electrodomésticos na cidade electrónica, sita na Cidade da China, em Luanda. Num investimento de 2 mil milhões de kwanzas, a loja comercializa essencialmente produtos da marca Itel, BeitTou e Wiko e emprega 12 pessoas.





ATÉ AO FINAL DESTES MÊS, a marca 'Café Ginga' estará disponível nos mercados francês e suíço, através da empresa Angonabeiro, que aposta, "de forma consistente", na internacionalização do café angolano.

PARA EXPANDIR-SE POR TODO O PAÍS

# Empresa de apostas espera 'luz verde' do regulador



Com receitas mensais na ordem dos 300 milhões de kwanzas e pelo menos 6.300 colaboradores indirectos em Luanda, a marca de apostas desportivas ElephantBet, mais conhecida por Angofoot, aguarda pela autorização do Instituto de Supervisão de Jogos para expandir a actividade para as outras 17 províncias.

Antoine Bartoli, um dos donos do grupo empresarial Mota Tavares & Barros, proprietário da marca de apostas, refere que têm todas as condi-

ções preparadas para a expansão, um objectivo que visa também o crescimento das vendas, consideradas para já "bastante insignificantes", face às aspirações da empresa e às "elevadíssimas despesas".

"Temos um mercado que está em crescimento todos os dias. No início, foi tudo muito complicado porque ninguém sabia jogar. Durante cinco anos, foi um negócio complicado para avançar. Hoje o mercado de apostas está bom, nossa aposta é igual à do resto do mundo", refere Bartoli, que encara a entrada de novos operadores como "salutar", uma vez que "permite mais

opções aos jogadores e providencia mais receitas ao Governo". O empresário mostra-se, no entanto, "descontente" com a que considera "concorrência desleal" das máquinas de apostas, maioritariamente controladas pelos chineses, e que se propagam nas periferias, inclusive perto de instituições escolares. "Boa parte dos apostadores é menor de idade, o que é contra a lei." À operar no mercado angolano desde 2014, com um investimento inicial de 1 milhão de dólares, a empresa regista uma média diária de 100 mil apostas na plataforma digital e nos 1.500 pontos de venda distribuídos pelas ruas de Luanda. Os preços nos pontos físicos começam dos 200 kwanzas enquanto, no online, nos 50 kwanzas.

Aos mais de seis mil colaboradores indirectos, que vendem pelas ruas de Luanda, a marca junta 200 directos e, nos próximos tempos, espera aumentar este número de colaboradores para entre 3 e 4 mil.

Entre os projectos da ElephantBet, segundo o seu director, Paul Maire, consta o apoio a alguma equipa do campeonato nacional de futebol, 'Girabola', bem como a expansão da actividade para um outro país africano, ainda este ano.

Guilherme Francisco



FAZENDA ALICE PARALISADA NO BENGO

## ENDE cumpre e corta energia

A fazenda Alice, no Panguila (província do Bengo), está sem energia eléctrica desde a passada quinta-feira, pondo em risco mais de quatro mil fruteiras que podem secar, por falta de água e vários negócios do seu proprietário, José Monteiro, como a comercialização de laranjas e uma padaria.

José Monteiro sente-se indignado, pelo procedimento da Ende já que a dívida de mais de 2 milhões de kwanzas, que motivou o corte devia passar por um processo de negociação, "porque a facturação foi feita com base num cálculo aleatório, quando existe um contador de fabrico francês que nunca mereceu leitura pelos técnicos da Ende", supostamente por não dominarem o aparelho. O director provincial da Ende, Lucas Machado, diz que os técnicos fizeram a leitura e todas as facturas foram elaboradas com base no diagnóstico ao aparelho em causa. "O que o cliente devia fazer é apenas cumprir as cláusulas do acordo que estabelecemos para o pagamento faseado dos mais de 2 milhões de kwanzas. Não o fez, logo, o corte é a solução que encontramos para pressionar", acrescenta o responsável.

José Monteiro não concorda e

avança mesmo que está a ser injustificado, já que "o corte acontece, numa altura em que nos debatemos com sérios constrangimentos decorrentes da pandemia e da crise financeira que se arrasta já há mais de cinco anos". Monteiro sugere que "a Ende devia saber porque razão não estamos a honrar pontualmente os nossos compromissos financeiros".

"Fechei o restaurante, a carpintaria e a padaria trabalha a meio gás. Ou seja, está no limite e se a farinha de trigo continuar a subir e passando os 24 mil kwanzas o saco não terei outra saída, se não encerrar com todas as consequências que isso acarreta para os trabalhadores", lamentou o agricultor um dos primeiros a montar um aviário que chegou a fornecer ovos a vários supermercados de Luanda.

"Se a Ende 'aperta', então eu vou mesmo paralisar", avisa José Monteiro, esperançado, no entanto, no bom senso, por considerar que "nesta fase de crise, o Governo devia apoiar as empresas como acontece noutras paragens do mundo, para não despedirmos trabalhadores". A fazenda Alice tinha acima de 55 trabalhadores directos, entretanto, reduzidos para menos de metade.

## AUDITOR COM RESERVAS

### Resultado líquido do BAI cai 76%

O resultado líquido do BAI, referente ao exercício de 2020, foi de 29 mil milhões de kwanzas, uma redução de 76% face a 2019 que foi de 119 mil milhões.

A instituição explica a redu-

ção com "o difícil cenário económico", fixando em cerca de 1% a rentabilidade do activo.

"Ainda assim, e com uma visão optimista em relação à evolução da economia e dos merca-

dos, o BAI perspectiva para 2021 o início de um novo ciclo de implementação estratégica, que dará continuidade à aposta na liderança da inovação e disrupção no sector bancário, à melhoria da qualidade de serviço e o reforço do envolvimento com os seus clientes, perspectivando o alcance e consolidação do objectivo de oferecer a melhor experiência ban-

cária em Angola", refere o banco.

O resultado líquido, entretanto, pode ser inferior, considerando o parecer do auditor independente, no caso a EY, que entende "que a rubrica de 'investimento ao custo amortizado' e o 'resultado líquido do exercício' se encontram sobreavaliados em cerca de 19 mil milhões de kwanzas".

O auditor justifica a reserva por entender que se observa um aumento significativo do risco de crédito devido a investimentos do banco em títulos de dívida pública angolana. O banco, entretanto, segundo o parecer da EY, entende não existirem factores de aumento significativo de risco de crédito que não estejam identificados.

# Entrevista

MAURÍCIO NGUELESSI, ECONOMISTA

# "O combate à corrupção, em vez de trazer dinheiro, brindou-nos com o desemprego"

Socorrendo-se da história de países como a Itália, o economista lembra que "o Governo nunca conseguiu recuperar todo o dinheiro" e aconselha que, ao invés de se receberem empresas que tenham sido criadas com fundos públicos, o melhor seria obrigar os beneficiários a ressarcirem o Estado paulatinamente. Para Munene Nguelessi, o combate à corrupção apenas aumentou o desemprego.

dução. É necessário acrescer valor à produção, criar condições de armazenamento, transformação e comercialização. Tem de haver estradas de ligação às zonas de cultivo e de consumo.

**Esses aspectos também encontram enquadramento nos programas governamentais...**

É preciso monitoria dos programas para se saber como foram implementados. Tem de se 'checar'. Hoje não se mostram estudos do impacto que os programas têm nas pessoas. Até podem ser bonitos, mas quais são os resultados? Qual é o pronunciamento dos beneficiários? Como sentiram o andamento desses programas? O mais importante é o objectivo para os quais foram concebidos. Isso só se mede com processos de monitoria. Repare no Prodesi, por exemplo. Desde que iniciou, em 2017, onde está o resultado? Na verdade, não vejo impacto deste programa. Coloca-se essa questão: onde estão os produtos? Qualquer projecto tem fases, e estas (fases) não devem beneficiar quem governa, mas sim o povo. Quem governa é apenas um servidor público.

**Em termos muito concretos, pensa que a questão da agricultura passa pela aposta no segmento familiar, é isso?**

Precisamente. O Governo deve deixar de olhar para programas macro. Estes são bastante dispendiosos e não agregam valor. Volto a defender que se deve potenciar a agricultura familiar. E não deve ser com projectos do tipo Papagro que não se sabe onde estão.

**A aparente falta de atractividade do sector também não é um problema?**

Tem de haver incentivos que tornem o campo atractivo. É preciso criar infra-estruturas a todos os níveis, incluindo de saúde e educação, para que quem está no campo não se sinta obrigado a sair em busca de qualidade de vida nos centros urbanos.

**É por aí que se reduzem também os custos de produção...**

Exactamente! Importamos mais do que produzimos e não é por decreto que se deve proibir a importação. O segredo está apenas no aumento da produção.

**Falemos do processo de privatização de empresas. Como o analisa?**

Por Júlio Gomes

**Que análise faz da conjuntura económica?**

Vejo a situação com bastante preocupação, na medida em que o desempenho actual da economia se mostra extremamente retraído. Não só pelo fenómeno da pandemia, ou da recessão, mas essencialmente pela questão da estruturação da própria economia.

**O que está mal, em termos estruturais?**

Temos uma estruturação atípica. Por outro lado, está a forma como se faz a administração da economia que nos deixa muito a desejar. Temos uma economia capitalista, alicerçada na vertente da teoria keynesiana, em que o Estado intervém na economia. Resumindo, não está bem, está doente.

**E que saídas aponta?**

É preciso olhar para uma economia que alcance a franja mais sofrida. Estou a falar da população. E uma das primeiras saídas

é diversificar, olhando para o ramo agrário. É preciso que o Governo incentive o empreendedorismo rural. Aliás, se olharmos para aquilo que é a forma de sobreviver das pessoas em países como o nosso do terceiro mundo, vamos encontrar imediatamente um mercado informal que supera o formal. E quem está no mercado informal, com os seus produtos, são na sua maioria, os camponeses.

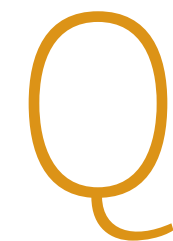
**Quem governa também fala no apoio ao campo...**

Se calhar, não na proporção desejada. Será que o Governo tem

estado a olhar para as famílias como devia?

**O que lhe parece?**

Penso que não. Aqui há uma cadeia de valor a considerar: ajudar o agricultor a aprender a aumentar a produção. Não estou a falar da agricultura empresarial de grande escala, mas sim da solução que é a agricultura familiar. Oferecer um kit não ajuda. Pretende-se uma cadeia agrícola que pode tornar-se sustentável. O apoio às famílias começa nos acessos, onde trabalham. Refiro-me à infra-estrutura. Ensiná-las como podem desenvolver a pro-



**“As empresas que vêm sendo privatizadas são de todos nós. Se para comunicar o Governo recorre à internet, temos de convir que é cara e nem todo o cidadão angolano tem acesso.”**



Mário Mujetes © VE

O problema está na informação. As empresas que vêm sendo privatizadas são de todos nós. Se para comunicar o Governo recorre à internet, temos de convir que é cara e nem todo o cidadão angolano tem acesso a esse mecanismo. Um agricultor, por exemplo, tem sempre internet? Creio que não! A informação devia ser plural e transparente porque até o nível de escolaridade da nossa população é questionável.

**E como o facto de termos governantes-empresários pode interferir neste processo?**

São questões que merecem muito

cuidado ao analisá-las. O que nos foi dado a ver, nos últimos anos de governação, parece que não era possível ser empresário, sem se ter uma almofada política. Mas, embora tenham conseguido o dinheiro por essa via, quero olhar para todos eles como empresários não carregados pelo Governo.

**Mas são carregados...**

É preciso repensar o problema.

**Mas como? A forma do combate à corrupção não sinaliza que não há interesse em repensar-se todo esse fenómeno?**

Quando se concebeu o combate à corrupção não fomos ouvidos. Combate à corrupção, sim, mas a estratégia seguida não é a mais acertada.

**Porquê?**

Se lermos a história da Itália e de outras paragens, veremos que o Governo nunca conseguiu recuperar todo o dinheiro roubado. Não é possível. Aqui, ao invés de se receberem, por exemplo, os supermercados Kero, o ideal seria procurar saber a dívida destas empresas para com o Estado, porque empregam pessoas nacionais. As entidades implicadas

### Perfil

Formado em ensino de matemática, Maurício Munene Nguelessi é graduado pela Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto e mestrando em governação e gestão pública. A sua monografia foi apresentada em Cuba na Conferência Internacional Pedagogia 2015, tendo sido muito referenciada. Em 2016, foi apresentado um texto baseado na mesma tese nas terceiras jornadas científicas da Faculdade de Economia. É assistente financeiro do Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (Iased).

deviam estar apenas endividadas com o Estado e não retirar delas, porque são elas que têm em mãos a cadeia do negócio. Deviam ser notificadas, identificar a dívida e paulatinamente pagar com juros mínimos. Roubaram, sim. Será que todo o roubo foi para benefício próprio? Não! Isso não significa incentivo ao roubo, mas obrigaria a trabalharem mais para ressarcir o Estado. Dificilmente fechariam as empresas. O que se devia evitar é a declaração simulada de falência como aconteceu em 1992 com a Caixa Agro-Pecuária e Pescas (CAP). Quem simulasse, então devia ser preso. Portanto, o combate à corrupção, em vez de trazer dinheiro, brindou-nos com o desemprego.

**Angola tem desafios, a curto e médio prazos, em matéria de integração no plano regional e continental. Há quem aponte a debilidade das infra-estruturas como um constrangimento grave. O que lhe parece?**

Podemos fazer de Angola um Japão em África.

**Como?**

Temos muito potencial. O Porto de Luanda, o Caminho-de-Ferro de Benguela, o Porto de Moçamedes. São o primeiro instrumento de acesso a estes mercados, principalmente para países encravados. O resto seria olhar para a agricultura e agregar valor à produção para depois alavancar o sector industrial. Precisamos de investir em nós, primeiro, dar formação às pessoas.

**E as queixas quanto ao ambiente de negócios?**

Para se criar um ambiente de negócios, é preciso ter mercado.

**Não temos mercado?**

Está fora do controlo de quem governa. Aqui chamo a atenção para os cartéis que manipulam o mercado. Portanto, ditam as regras, como acontece com a farinha de trigo. Como é que se justifica que se tenha deixado apodrecer arroz no Kuando-Kubango? Não vamos longe. Malanje produzia tanto açúcar e o saco já estava a 12 mil kwanzas. Onde está a Biocom? Será que também caiu nas malhas do combate à corrupção? É triste!

**Repare no Prodesi, por exemplo. Desde que iniciou, em 2017, onde está o resultado? Na verdade, não vejo impacto deste programa.**

**O combate à corrupção, em vez de trazer dinheiro, brindou-nos com o desemprego.**

**Se lermos a história da Itália e de outras paragens, veremos que o Governo nunca conseguiu recuperar todo o dinheiro roubado. Não é possível.**

# Entrevista

Continuação da página 5



Maurício Nguelessi,  
economista

De resto, para contrapor isso, não é só do ponto de vista legal.

**A banca também tem sido visada com muitas críticas, por conta da sua alegada indisponibilidade em financiar a economia...**

Os procedimentos, ou seja, o nível de exigência é absurdamente elevado. O preço do dinheiro também é inoportuno e não ajuda a alavancar a economia. Os bancos deviam ser mais flexíveis e não como se apresentam com juros extremamente elevados na ordem de quase 40%. Isso não impulsiona as pequenas e médias empresas que são o motor do desenvolvimento que se pretende.

**Referiu-se, no princípio, a debilidades estruturais no processo económico. Disse que o problema é de “estruturação”. Pode esclarecer essa afirmação?**

O sistema económico obriga a que o Governo faça. O Governo não deve ser paternalista. Deve criar condições para pôr a economia a funcionar.

**Está a pensar em algum exem-**

*Tenho dificuldade de perceber classe média na nossa realidade. A perspectiva definida em 2008 era na lógica do consumo. Mas hoje não há poder de compra...*

**plo concreto?**

Quando o Governo compra 500 viaturas para o escoamento dos produtos do campo, acaba por desempregar muita gente. Esse processo devia ser levado a cabo por concessionários, portanto, as empresas. Por meio do concurso, participariam cinco ou mais empresas e isso geraria oportunidade empresarial. E cada uma delas poderia importar 100 viaturas, por exemplo.

*O Governo não deve ser paternalista. Deve criar condições para pôr a economia a funcionar.*

**Ou seja, desta forma, não se cumpre a meta do Governo de criação de 500 mil empregos?**

Não acho que a prioridade dos empresários nesta altura sejam as viaturas. A não ser que seja para as empresas de transporte públicos, como a Tcul, que é o seu core business. Porque, ao contrário, estão a matar negócios. Porquê? Já repararam as estradas? Estão a criar custos porque o empresário local, em vez de se concentrar na sua actividade que é o cultivo, ainda vai ter que cuidar do carro, porque vão cair peças.

*O único mercado que nunca teve dificuldades é o sector petrolífero e a banca, mas, dentro deste último, se olharmos para as casas de câmbio, veremos que desapareceram.*

**Mas diz-se que são viaturas adaptadas às nossas estradas precárias...**

É preciso ver para crer.

**Também pensa que as políticas actuais aniquilaram a classe**

**média?**

Tenho dificuldade de perceber classe média na nossa realidade. A perspectiva definida em 2008 era na lógica do consumo. Mas hoje não há poder de compra porque a moeda está desvalorizada.

**E as empresas estão a fechar...**

Na minha perspectiva, está a inibir-se a empregabilidade. Não sei que mercado temos. O único mercado que nunca teve dificuldades é o sector petrolífero e a banca, mas, dentro deste último, se olharmos para as casas de câmbio, veremos que desapareceram. Tudo o resto funciona de forma muito informal.

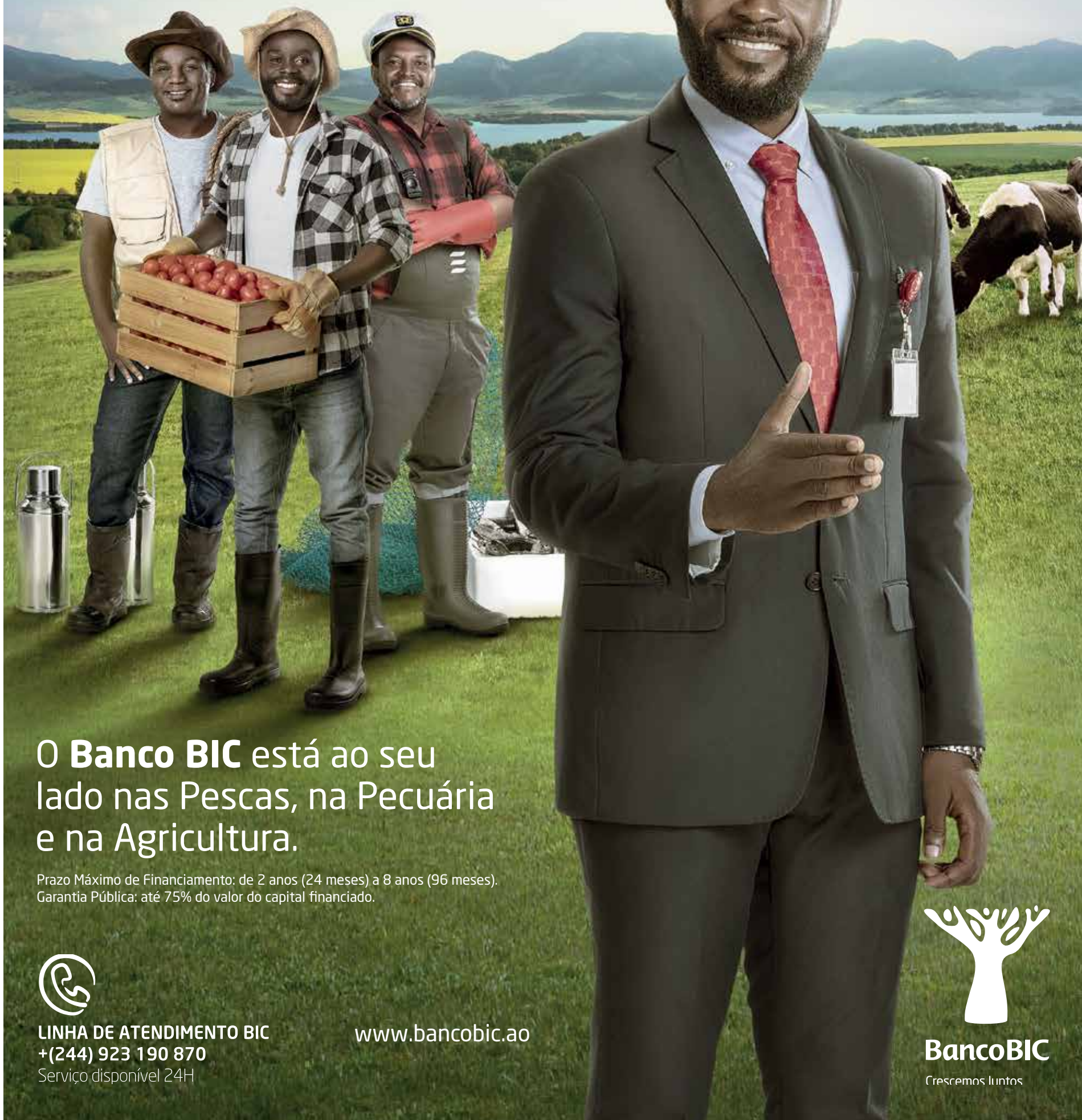
**Como vê a problemática da mobilidade em Luanda. Considera que o metro de superfície é uma solução viável?**

Talvez numa perspectiva eleitoral. Onde é que vai passar? Quantos acessos tem a baixa de Luanda para atingir a periferia da cidade? Apenas dois. Assim não acredito que o metro venha resolver o problema deste centro urbano densamente povoado.



15  
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,  
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu  
lado nas Pescas, na Pecuária  
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).  
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



**LINHA DE ATENDIMENTO BIC**  
**+(244) 923 190 870**  
Serviço disponível 24H

[www.bancobic.ao](http://www.bancobic.ao)



**BancoBIC**  
Crescemos Juntos

## DE JURE



AMEAÇAM MANIFESTAÇÕES NOS PRÓXIMOS DIAS

# UNTA-CS exige revisão da LGT

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (Unta-CS) considera a Lei 7/15 reguladora dos direitos e deveres dos trabalhadores e das entidades empregadoras “penalizadora para os trabalhadores”. Por isso, em declarações à Rádio Essencial, o secretário-geral da organização sindical reafirma que pretende proceder a acções para a revisão da Lei Geral do Trabalho vigente em Angola.

De acordo com Manuel Viage, a pretensão é criar um estado de opinião na socie-

dade para a revisão da actual LGT, que, defende o sindicalista, “tem provocado a precariedade e a instabilidade laboral”, recordando, por exemplo, que, em 2020, houve uma acentuada precariedade social, devido ao abrandamento da economia.

No fim-de-semana, os associados da Unta-CS analisaram um relatório, a nível do grupo técnico, para apreciar a evolução do salário mínimo nacional, referente ao ano transacto.

O secretário-geral da União lamenta que a LGT continue a trazer inúmeros apertos, por exemplo, por conferir um tratamento diferenciado entre profissionais com as mesmas habilitações.

## MEMORIZE

● Durante a abertura da quinta reunião Ordinária da Comissão Executiva Nacional da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos - Confederação Sindical (UNTA-CS) foram empossados, de entre outros, os membros executivos da Federação dos Sindicatos da Educação.



Por isso, reitera que “o constante silêncio do Governo relativamente à necessidade da revisão da LGT poderá desencadear manifestações”.

O descontentamento agudiza-se, sobretudo, porque não obtiveram nenhuma resposta, mesmo quatro meses depois de as organizações sindicais terem remetido um relatório ao Presidente da República, visando a revisão da Lei.

Devido à perda do poder de compra dos trabalhadores, Manuel Viage propõe que se reajuste o salário mínimo nacional, dos actuais 21 mil para 120 mil kwanzas, “valor referencial para a aquisição de uma cesta básica”, defende o sindicalista.

## ZAIRE

### Magistrado quer centro para reeducação de menores

Após o registo de muitos casos de crianças em conflito com a lei e, em sentido contrário, a falta de um espaço para as internar, o subprocurador da República em exercício no Zaire defende a construção, em Mbanza Kongo, de um centro de reeducação para menores.

Em declarações à Angop, Luciano Wombili Daniel adiantou que, por a lei não prever a responsabilização criminal de menores, as crianças não devem estar detidas, tão-pouco em espaços com adultos, o que torna imperiosa a necessidade de se construir um centro para o efeito.

Para o magistrado, com a infra-estrutura, as autoridades judiciais locais teriam um melhor acompanhamento do processo de reeducação dos menores se atropelo à Lei.





Países como a Alemanha que estão contra o levantamento das patentes

## VACINAS PARA O COVID

# Pandemia põe patentes em causa

### MACROECONOMIA.

Numa decisão muito pouco característica dos defensores número um da iniciativa privada, os EUA apoiaram na semana passada o levantamento das patentes que protegem a propriedade intelectual das farmacêuticas que produzem vacinas contra o covid ao abrigo da situação emergencial de pandemia global. Há Estados e instituições contra e a favor e a discussão é complexa.

Por Redação

A indústria farmacêutica que no final do ano passado valia perto de 1.3 trilhões de USD não está nada satisfeita com a abertura da discussão sobre patentes sobre a sua preciosa propriedade intelectual que permitiu a chegada das vacinas contra o covid-19. E estão contra essencialmente porque a possibilidade, agora reforçada com o apoio da administração americana do presidente Joe Biden, abre um precedente que pode questionar os seus lucros fabulosos, mas também pôr em causa o incentivo à investigação científica na área da saúde que, ficou comprovado pela pandemia ser essencial à humanidade.

A proposta veio da África do Sul e da Índia, mas este último foi o país que fez pender a decisão dos EUA no sentido do levantamento das patentes. A Índia que é o maior produtor de vacinas do mundo, não as pode forne-



cer às suas populações porque as patentes não permitiram a cópia da receita sem pagamento, e esse pagamento já foi efetuado pelos países na frente da fila e mais ricos do mundo. A Índia, que atravessa agora uma vaga mortífera de covid chegou esta semana aos 250 mil mortos e 23 milhões de casos reportados apesar de ser o maior produtor de vacinas a nível mundial.

Activistas e defensores da saúde pública aplaudem a decisão dos EUA como a esperança para os países que não têm condições de comprar grandes quantidades de vacinas mas a decisão encontrou resistência nos países europeus produtores de vacinas enquanto outros como a Rússia

dizem que estão abertos à possibilidade e que a vão estudar.

O anúncio dos EUA foi acompanhado de uma imediata queda das farmacêuticas em bolsa que já reclamam que a abertura desta discussão já é o suficiente para causar rupturas numa fase em que se deviam estar a focar no aumento da produção. As farmacêuticas argumentam também que uma quebra de patentes não vai garantir um aumento de produção proporcional porque os problemas do aumento do fornecimento das vacinas a nível mundial são também devidos à limitada disponibilidade de componentes da vacina que são produzidos por diferentes intervenientes de diferentes países e

# 250

Mil mortos e 23 milhões de casos foram reportados na Índia, apenas esta semana.

que estes não estarão obrigados pelo levantamento de patentes a fornecer maiores quantidades.

Países como a Alemanha que estão contra o levantamento das patentes porque entendem que o precedente vai incapacitar a investigação científica futura, argumentam também que a qualidade das vacinas poderá ser negativamente impactada se mais produtores com standards mais baixos de exigência puderem produzir vacinas sensíveis como as do covid.

O desafio de gestão macro é sopesar os argumentos pró e contra e tomar decisões que melhorem o fornecimento mundial de vacinas a tempo de impedir mais mortes do covid 19.

# (In)formalizando

PROJECTO 'KALAKALA' NO RANGEL

# Artistas e microempreendedores recebem quiosques em Luanda

**PEQUENOS NEGÓCIOS.** ONG estima entregar, na primeira fase, 20 quiosques, estando previstas outros 60 nas fases seguintes. Beneficiários podem perder meios, em caso de nota negativa na avaliação.



Alfaiataria consta das profissões seleccionadas

Por Rosa Wangá

Um projecto de formalização do negócio dos fazedores de arte e dos microempreendedores do município do Rangel, em Luanda, foi lançado na semana passada pela ONG Acção Humanitária Angola Unida (Achau).

Denominado 'KalaKala' (que significa trabalhar na língua kimbundo), o projecto resume-se na entrega de quiosques equipados, além do acompanhamento da actividade dos beneficiários.

Numa primeira fase, a organização prevê entregar 20 quiosques, sendo que os sete primeiros foram entregues no lançamento do projecto. Para as fases posteriores, está prevista a entrega de 60.

Para candidatar-se, o interessado tem de ser detentor de uma arte ou profissão que se enquadra

na estratégia do projecto. Ou seja, ser alfaiate, sapateiro, técnico de telemóvel, manicure e pedicure ou alfaiate. Também é requisito indispensável ser morador e trabalhar no município do Rangel. “Sabemos que, no bairro, há sempre jovens que trançam ou que cortam o cabelo, mas não têm uma barbearia. É assim que foram seleccionadas as pessoas. Estas pessoas vão ser inscritas na segurança social, regularizadas com um NIF (Número de Identificação Fiscal) para pode-

dantes e estes, no período de um ano, deverão transformar-se em mestres”, explica Sebastião Silva, secretário executivo da Achau, que admite, no entanto, a inclusão, na fases seguintes, de outras artes e ofícios entre os requisitos, como a venda de roupa usada.

Sem revelar o valor do financiamento, Sebastião Silva adianta que os financiadores são pessoas singulares que moram no Rangel e que decidiram apoiar a comunidade. “Quando investimos em algum projecto, focamo-nos no valor. Calculamos o bem que esse projecto vai trazer para a comunidade, é o que conta”, refere, sem descartar a possibilidade de os beneficiários perderem os quiosques, caso sejam reprovados no processo de fiscalização. “A metodologia de fiscalização é que vai fazer a diferença toda. O ponto número um será a higiene e a limpeza. Haverá um modelo de avaliação e uma equipa que ficará a observar aquilo que está no termo do compromisso que foi assinado por todos aqueles que receberam o material. Se o utente tiver muitos menos, pode perder o quiosque”, adverte.

Desde já, os beneficiários ainda não começaram a usufruir dos meios, visto que esperam pela indicação das zonas onde irão fixar os quiosques. A organização que se responsabilizou pelo levantamento dos locais já enviou a solicitação à administração local e espera receber as devidas autorizações no decurso desta semana.

## MEMORIZE

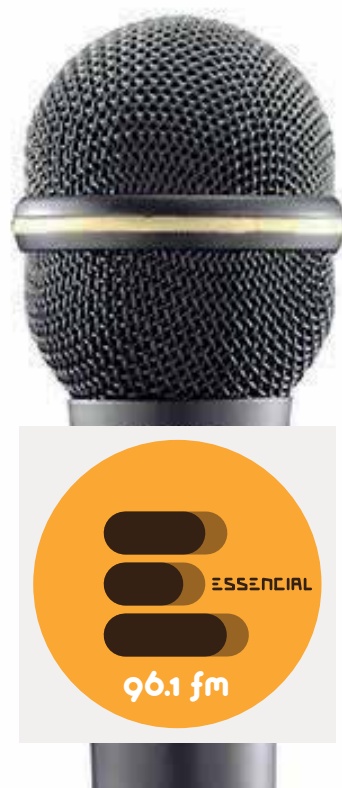
- Depois de seleccionar cinco negócios para lançamento do projecto, ONG está aberta para sugestões de outras profissões para as fases subsequentes.

rem pagar os seus impostos e, se precisarem de luz, vão ter o contrato da Ende. No período de um ano, os seleccionados têm a missão de trabalhar com doisaju-



O QUE É  
ESSENCIAL  
NOS DIAS  
DE HOJE?

96.1 fm



# Opiniões



António Vieira,  
ex-director da  
Cobalt Angola

O Estado é aquela pessoa de bem que, por ser de bem, tem o orgulho e a obrigação de fazer tudo de bem para os seus contribuintes. E não ser diferente para não os defraudar. É para isso que as populações são contribuintes e pagam com o seu suor a sua quota-parte para que disso beneficiem, para o seu usufruto. Sobretudo nos últimos, anos temos ouvido, vezes sem conta, dizer a gestão de A, B, ou C, não deve ser do Estado. O Estado deve dedicar-se à sua vocação e ao que sabe.

O cidadão angolano de certeza que, muitas vezes, dá por si a perguntar-se se a premissa atrás anunciada é real e verdadeira. Isto porque o cidadão angolano vê a olhos nus uma série de falhas no seu dia-a-dia que o forcem a pensar pelo menos duas coisitas:

1.<sup>a</sup> – Será que o Estado sabe quais são as suas funções?

2.<sup>a</sup> – Mais preocupante, será que o Estado sabe desempenhar as suas funções?

É óbvio que eu não vou seguir o triste caminho de ‘gritar aos quatro ventos’ que o Estado não sabe quais são as suas funções. Não fui treinado para isso. Porém, sou da humilde opinião de que o nosso Estado parece não saber desempenhar as suas funções, ou, pelo menos, parte delas. Entro por este ‘beco’ e vou tentar explorar o meu ponto de vista.

Uma das funções do Estado é a de se responsabilizar pela educação curricular e instrução dos seus cidadãos. Assim sendo, a educação é um bem público e, como tal, a educação pública tem de ser de qualidade. Portanto, é função do Estado promover e desenvolver as condições necessárias para que a nossa educação pública seja de primeira qualidade. Nos países onde essa função é assumida pelo Estado, a educação pública é, regra geral, o que há de melhor para os cidadãos. O Estado, através dos seus agentes, dedica-se para que, durante os primeiros 10-12 anos de educação escolar, todos os seus membros sejam ‘moldados’ dentro de um conceito de educação e cidadania que vai garantir a eficiência da ati-



## O nosso lixo, um serviço público

tude e comportamento de tal forma que esses receptores de educação se comportem civicamente ao entrarem para a sua ‘maior idade’. Ao chegarem a adultos, os jovens estão todos muito próximos uns dos outros em termos intelectuais. Tudo nivelado por cima, eu diria.

O Estado angolano tem falhado e não tem sido capaz de satisfazer o desejo dos seus contribuintes. Assim sendo, os contribuintes mais abastados, ou, no dizer do general João Lourenço, “os marimbondos”, organizaram-se e tentaram solucionar o problema de duas maneiras contrárias à aproximação intelectual da juventude:

1.<sup>a</sup> – Criaram centros de estudo privados

2.<sup>a</sup> – Mandaram os filhos para fora do país

E foi assim que voluntariamente ou não deixaram de se preocupar com o ensino público e como tal amarrotaram o princípio de proximidade intelectual. Cerca de 0,8% dos jovens tiveram acesso às melhores escolas do mundo onde se qualificaram de modo e com média suficiente; 3,4% caminharam pelas escolas privadas nacionais e obtiveram uma educação medíocre muitas vezes com diplomas comprados, e 95,8% trilham o sofrível caminho da educação pública. De qualquer maneira, vemos o Estado manter a liderança

dos números uma vez que a maioria dominante assentou arraiais na escola pública. Com todas as deficiências, a educação pública está implantada em praticamente todo o território nacional. O que falta é a qualidade e o único caminho a seguir é a sua melhoria. A educação precisa de ser gerida por gestores e não por professores. Os professores são precisos nas salas de aulas e nos centros de pesquisa onde podem e devem professorar.

Uma outra obrigação do Estado é a saúde. E, como já alguém disse alto e em bom som, a nossa saúde está doente. Contrariamente à educação, os números são ligeiramente melhores, mas não é nada que agrade a quem paga impostos. A saúde pública está mal e as ondas críticas que nos atingem periodicamente são ciclicamente avassaladoras. Os problemas que todos os anos temos já deveriam estar remediados para que não se tornassem críticos. Porém, continua tudo mal. Quantos partos são feitos nos corredores das nossas maternidades? Quantas mulheres na função de serem mães não chegam a viver para ver os seus rebentos? Quantos rebentos murcham e morrem ao desabrochar? Na maioria dos casos por situações de penúria e ‘in aptitude’ porque o Estado desempenha mal a sua função. O Estado falha na sua obrigação.

Tal como na educação, os abas-

tados e ‘marimbondos’ viajam em aviões privados para Nova Iorque, Londres, Paris ou Lisboa para aí terem os seus filhos. E os marimbondos-avós vão visitar os recém-nascidos em viagens de fim-de-semana. A pretendente classe média, agora significativamente empobrecida e com menos recursos disponíveis, serve-se das caríssimas clínicas privadas, ou, com a ajuda da marimbondagem, vão a Joanesburgo ou a Windhoek.

Com a devida atenção, verificamos mais de 90% dos contribuintes pisam o paupérrimo caminho da saúde pública. De qualquer maneira, vemos o Estado a manter a liderança dos números uma vez que a maioria dominante não tem alternativa que não seja “agarrar-se” à saúde pública. Com todas as deficiências e ‘in aptitudes’, a saúde pública está mais ou menos presente em praticamente todo o território nacional. O que falta é a qualidade e o único caminho a seguir é a sua melhoria. A saúde precisa de ser gerida por gestores profissionais. Os médicos são precisos nos consultórios, nas salas hospitalares e nos laboratórios de pesquisa a fazer aquilo para que foram treinados.

E, do mesmo modo que a educação e a saúde são bens públicos liderados pelo Estado, a higiene pública também tem de ser liderada pelo Estado. É o Estado que tem de fazer a limpeza do espaço público. E, da

mesma maneira que a terceirização do ensino e da saúde não é universal, estando ao serviço duma minoria de endinheirados, o Estado tem de fazer a limpeza das nossas cidades. Que se deixem as empresas privadas para os condomínios privados, para os espaços reservados dos ‘marimbondos’.

A utilização de empresas contratadas tem muitos inconvenientes, dentre os quais cito alguns:

1.<sup>o</sup> - As empresas privadas têm como objectivo o lucro fácil, o que é bastante comum no nosso país.

2.<sup>o</sup> - Nenhuma empresa privada tem a competência e o interesse públicos para garantir um serviço sério e preciso acima de tudo, em primeiro lugar.

3.<sup>o</sup> - As empresas privadas são um veículo permeável à corrupção desde a sua aceção para a garantia de lucros.

4.<sup>o</sup> - Os contribuintes precisam de ver o Governo em acção para colaborar, e,

5.<sup>o</sup> - Os contribuintes não querem ver os seus recursos serem mal utilizados com o desperdício transformado em lucros das empresas contractadas.

A recolha de lixo como serviço público será sempre muito mais eficiente não só em termos de limpeza das nossas cidades, mas também em termos de despesa. Os lucros chorudos que são recolhidos pelas ditas empresas de recolha permitirão certamente um salário melhorado aos funcionários que o Estado tiver recrutado e o ‘standard’ de recolha será responsabilizado e como tal mantido. O Governo provincial precisa de uma equipa de gestão de saúde pública dedicada a este problema, não um grupo de políticos com outras preocupações tais como o seu desempenho nos cargos que já ocupam. A esses gestores dever-se-á dar as condições e as ferramentas necessárias para a boa gestão do nosso lixo. O que poderá ser complicado certamente será muito mais económico, sobretudo ao analisarmos os benefícios na saúde pública que se adquirir com as nossas cidades limpas.

O povo angolano tem o direito de esperar que as suas contribuições fiscais sejam bem utilizadas e que as suas cidades sejam minimamente decentes em termos de higiene. E que nenhum dos seus funcionários receba quaisquer comissões no desempenho das suas funções.

Só assim, poderemos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.

“Conclui-se que as variações cambiais positivas ou negativas potenciais não serão consideradas proveitos ou custos, respectivamente, em sede deste imposto.”

# Tributação das variações cambiais no sector financeiro

## – da teoria à prática



Joana Dâmaso,  
Manager EY,  
Tax Financial  
Services



Inês Cabral,  
Associate  
Partner EY,  
Tax Financial  
Services

Administração Geral Tributária (AGT), conclui-se que as variações cambiais positivas ou negativas potenciais não serão consideradas proveitos ou custos, respectivamente, em sede deste imposto.

No entender da AGT, a introdução desta regra visa caminhar para um cenário de tributação dos contribuintes pelo rendimento ‘real’. Ora, tendo presente as actuais estruturas de balanço das entidades do sector financeiro, bem como a presente conjuntura económica, verifica-se que, na generalidade, esta alteração se reflectirá no adiamento do pagamento de Imposto Industrial por parte destas entidades e, conseqüentemente, na diminuição de receita fiscal para o Estado.

Sem prejuízo deste impacto, perante a indefinição do conceito de ‘variação cambial realizada’, têm sido promovidas diversas interações com a AGT, no sentido de tentar esclarecer questões que se revelam essenciais para deter-

minar com clareza, designadamente, o tipo de activos/passivos que devem ser considerados para este efeito e uma metodologia que garanta o cumprimento eficiente e transversal desta regra para o sector financeiro.

Contudo, pese embora se aproximar a data de submissão da Declaração de rendimentos Modelo 1 de Imposto Industrial, até à data, não existe ainda uma resposta clara a estas questões, o que adiciona alguma incerteza ao exercício de apuramento dos montantes a tributar/não tributar pelas instituições, por referência ao exercício de 2020, bem como à capacidade de previsão da sua recuperabilidade futura.

É certo que, em termos de fluxos monetários decorrentes da entrega do imposto, esta nova regra tem, na verdade, um impacto relevante. Contudo, em termos de registo contabilístico do respectivo impacto patrimonial nas instituições, o mesmo poderá eventual-

mente ser colmatado por força do reconhecimento de impostos diferidos, porquanto se trata, de facto, de uma diferença temporária no resultado fiscal.

A este respeito, ressalve-se que, no caso das companhias de seguros, o actual plano de contas não prevê o reconhecimento de impostos diferidos, o que vem reforçar, tal como já tem vindo a ser discutido nos últimos exercícios, a necessidade de actualização do mesmo para um plano que se aproxime mais das normas internacionais de relato financeiro.

Como conclusão, podemos afirmar que se trata de uma regra fiscal cuja aplicação prática, tendo em consideração as especificidades inerentes às instituições financeiras, implica a implementação de novos mecanismos de apuramento e controlo, sendo que, para esse efeito, se revelam determinantes os esclarecimentos que a AGT possa atempadamente divulgar.

A Lei n.º 26/20, de 20 de Julho veio introduzir diversas alterações ao Código do Imposto Industrial, entre as quais destacamos, pela sua relevância, a menção expressa à tributação das variações cambiais ‘realizadas’. Considerando uma interpretação literal da norma em apreço, entretanto confirmada pela



## Opiniões

## E agora pergunto eu...



**Geralda Embaló**  
Directora-Geral  
Adjunta

A semana que chegou ao fim foi marcada por uma discussão internacional em torno das patentes das vacinas. Os EUA, eterno defensor da iniciativa privada, do *lasser-faire*, sob a batuta de Joe Biden, que, apesar de velho, que caía durante a campanha e era objecto do gozo de Trump, tem surpreendido com uma governação super-enérgica, propuseram agora o impensável para a indústria farmacêutica: o levantamento das patentes das vacinas. O tema é complexo porque as patentes, a protecção aos interesses económicos são o que financia a investigação científica que permite chegar às vacinas, no entanto, a covid-19 (diferente da malária, que mata sobretudo nos países subdesenvolvidos e que, por isso, não é prioritária) mudou a percepção das patentes, que passaram a ser vistas como um entrave à imunização mundial.

Na semana passada, dava aqui exemplos de como priorizar e este é um exemplo excelente porque, antes do lucro das farmacêuticas, que têm direito a ele porque foram elas a investir na investigação, antes do lucro, está a prioridade de preservar a vida humana. Prioridades são prioridades.

Entretanto, por aqui. O Presidente autorizava mais de 760 milhões de dólares para a construção de novas centralidades... E agora pergunto eu, com tanta centralidade construída e deixada ao abandono de Norte a Sul do país, com gado a pastar e paredes a rachar, algumas por ocupar por falta de água ou de outros básicos, construir mais é prioridade? Mas pior, com tantas outras prioridades como a fome ou o combate à malária e às doenças que o lixo piorou,



priorizar a construção de centralidades não é um exemplo de falta de prioridades?

A propósito de coisas fora da lista de prioridades, esta semana assinalou-se o Dia Mundial da Imprensa, e dizer “celebrou-se” seria desajustado porque há pouco para celebrar. O exercício de informar está cada vez mais dificultado. Cada vez é mais difícil captar para a profissão quadros de qualidade que o façam com responsabilidade e respeito ao código e cada vez é mais difícil à imprensa sustentar-se sem amarras que comprometam a sua razão de ser: informar com idoneidade. Num mundo cada vez mais carregado de notícias falsas, de propaganda e de emergências sociais em que seria imperativo o acesso à informação plural, o exercício de informar torna-se mais dificultado pelas acções do Governo que olha para a imprensa ou como um gramofone para manietar e anunciar o que julga ser as suas vitórias, ou como um inimigo a abater.

O quarto poder vê-se, particularmente em sociedades com sistemas democráticos subdesenvolvidos, infantis mesmo, como a nossa, cada vez menos poderoso e impedido de informar. Multiplicam-se os episódios de jornalistas ameaçados, coagidos, processados criminalmente, detidos, vítimas

*Quando vejo insultos à media pública e à que passou para a esfera do governo, lembro sempre que também os jornalistas desses meios acreditaram que com João Lourenço estavam a entrar numa nova era...*

de violência policial. Aqui mesmo nesta empresa que lhe faz chegar o Valor Económico e a Rádio Essencial tivemos quatro profissionais presos durante três dias por fazerem jornalismo. A profissão cada vez convida menos. Multiplicam-se as acções de controlo e monopolização dos media que ferem a liberdade de imprensa e o direito à informação. Os media públicos, coitados, são instrumentalizados pornograficamente, a ponto de cumprirem missões de tal forma propagandísticas e abjectas que chegam a insultar a inteligência tanto do público, quanto dos profissio-

nais desses meios. Na semana que passou, foi “a maça que o líder da Oposição terá ido comprar a Portugal” a estrela do ‘prime time’. Como já se tornou práxis dos órgãos reféns do Governo, não se ouviu a versão do acusado, como não se ouviu a propósito de tudo o resto que envolve obcecadamente o seu nome sem lhe dar a mesma chance de se defender.

Quando vejo insultos aos media públicos e aos que passaram para a esfera do Governo, lembro sempre que também os jornalistas desses meios acreditaram que, com João Lourenço, estavam a entrar numa nova era, que lhes permitiria o que é corriqueiro nos outros países, cobrir um evento da Oposição, por exemplo, com a mesma naturalidade que de um partido no poder. No início do mandato do Presidente, a televisão pública adoptou uma nova postura, fazia perguntas incomodas aos governantes, as perguntas que defendiam o interesse público, cobria o mau estado das vias, as dificuldades dos agricultores para as transitar, dos médicos nos hospitais... Até que o sistema voltou à velha forma porque estão lá as pessoas velhas. E a cobertura jornalística voltou à parcialidade propagandística que dá o palco a qualquer confuso que ataque o líder da Oposição e que sirva

para distrair de temas que o poder quer ver esquecidos como as promessas autárquicas por cumprir, a fome de doer no Sul do país e a catástrofe nos hospitais a abarrotar de doentes adoecidos pelo lixo.

Os media privados, os poucos que sobrevivem a todas as dificuldades de se sustentar, vivem existências de pânico dependentes de accionistas que sabem de uma hora para outra podem desaparecer e de anunciante que maioritariamente receiam represálias do Governo se anunciarem em meios que espelham uma realidade mais real do que o país das maravilhas pintado pelos meios da propaganda governamental. Nos media, há pouco para celebrar no Dia Mundial da Imprensa.

Entretanto, e voltando às prioridades, a foto que vê nesta página é do Namibe, e a criança mucubal a julgar pelo paninho preso por misangas que se usa na minha tribo de origem materna.

Não há palavras para descrever a fúria e a amargura que brotam da comparação dessas imagens com as prioridades do Governo expressas em gastos milionários do OGE. “Construção, construção, construção, satélite, metro de superfície”, e a coexistir com esses projectos a FOME nua e crua, violenta, impiedosa.

Há uma calamidade silenciosa a acontecer e, mais do que tirar fotos a armazéns cheios de comida que vai chegar por ‘benevolência dos nossos governantes’, é preciso que o alimento chegue mesmo e rapidamente às pessoas, às crianças, que, de outra forma, vão morrendo. Porque, mais do que apontar a evidente falência do Governo que andou a perder tempo precioso a negar a existência da FOME e que até agora evita assumi-la por vergonha, é preciso agir.

Às iniciativas que já existem e que tentam recolher apoios para mandar para o Sul do país, juntou-se, mais uma, num grupo online de voluntários anónimos que querem fazer chegar comida rápido sem colher louros, sem aparecer nas fotografias com t-shirt do partido seja de que cor for, sem alimentar politiquismos que nos levaram a este estado miserável de coisas. Todas as iniciativas são poucas porque há muita gente com fome. Procure ‘S.O.S. Angola Sul – Voluntários Anónimos de Angola’, querido leitor, apoie as recolhas de donativos que lá e noutros órgãos estão a decorrer. Há uma calamidade a acontecer e há que travá-la.



# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:  
0051 0000 7172  
9933 1512 7



**Paulino dos Santos,**  
Presidente do Conselho da AGT

No mês passado o presidente do Conselho de Administração Geral Tributária (AGT), Paulino dos Santos defendeu num evento da revista **Economia e Mercado**, que “é preciso melhorar no domínio da transparência, maior justiça tributária, promover a cultura da integridade, e que há todo um trabalho a ser feito para que pagar impostos em Angola “não seja um acto de sacrifício, mas um acto patriótico”. Perto de cinco mil reacções à publicação na pagina do Valor Económico do Facebook geraram muitos comentários.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**Cereno Einstein Carnegie**

Seria realmente uma questão de patriotismo se renunciassem o poder



**Ricardo Lopes**

Para alimentar a ganância desmedida de todos os que se lambuzam com o dinheiro ganho e roubado nos cargos públicos que detêm?! Patriótico seria esses Srs. deixarem de roubar o presente e o futuro do país!



**Samuel Amaral**

Para ser roubado e enviado para o Dubai ? VSF



**Helder Cruz**

Pois é, e quais têm sido os retornos desses impostos ? Na educação? Saúde? Estradas? Cobram se impostos sem dar condições de retorno, como por exemplo na restauração, tanto imposto, conta falha de energia e água taxas de circulação com as estradas no estado em que estão, veja se a própria cidade de Luanda, buracos no asfalto, sargetas sem tampas, estradas a noite sem iluminação nenhuma, e este afã agora de cobrar ou sacar o pouco dinheiro as pessoas, e para cobrir em parte se calhar os EMPRÉSTIMOS ou doações milionárias a uma certa elite beneficiada pelo BES e pelo BPC. Pois e Sr. Presidente ainda quer que sejamos mais Patrióticos, mais do que aquilo que já fomos muitos de nós?



**SolangeRangel Das Chagas**

Temos muitas obrigações e poucos direitos! Desconto para o IRT mas não estou protegida no desemprego! Brincadeira de muito mau gosto!



**Waldemar De Fontes Pereira d'Orey**

Patriótico seria eles não terem aqueles salários estratosféricos. O salário de cada um deles é o que se arrecada em dezenas de empresas.



**Walter Antonio**

A vossa redução salarial é que devia ser um acto patriótico



**Helder Ribeiro**

Na AGT são patriotas? Mas essa mania de nos infantilizarem foram buscar aonde? Idiotas



**Gidalti Milagre Domingos**

Os impostos foram, são e sempre serão encarados como uma obrigação, nunca um ato patriótico... até o dia que servirem os interesses das coletividades na íntegra...



**Josenicolauzau Zau**

Brincadeira do presidente. Será que o senhor presidente tem feito isso com teus negócios? Creio que não pague o imposto, e não sabe qual tem sido a burocracia que acontece no pagamento do imposto. Como é possível que alguém pague um valor que não lucrou durante seu rendimento. Se não verem isso, o país continuará na desordem. Procurem ajudar os pequenos empreendedores. Os impostos em Angola são muitíssimo caros. E se não virem isso, vamos continuar a mixar os fiscais.



**Divaldo Cruz**

Onde andam os nossos patriotas???



**Miguel Miguel**

**Divaldo Cruz** este senhor quer comprar o novo Lexus, ele precisa do dinheiro dos nossos impostos!



**Cícero Cunha**

Reduzam os impostos, são muitos.



**João Fernando**

Políticas fiscais desproporcionais num país em cinzas. Benefícios exclusivos aos senhores da gravata



**Ferreira Castro**

Se for um acto patriótico que vá cobrar a outros, tenho que pagar e ponto final. Porque a forma como a AGT se comporta não tem nada de patriótico qualquer coisa lá para as Caraíbas.

# Covid-19



DEPOIS DO FIM DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

## Governo espanhol apela à “responsabilidade”

O Governo espanhol apelou à “responsabilidade” dos cidadãos e sublinhou que as restrições continuam em vigor, depois de as festas de rua celebrarem o fim do estado de emergência, sem máscaras ou distanciamento social.

“O fim do regime de excepção não significa o fim das restrições. Longe disso. A ameaça do vírus persiste. É por isso que as autoridades devem continuar a agir e os cidadãos devem continuar a comportar-se de forma responsável”, afirmou o ministro da Justiça espanhol, Juan Carlos Campo, num artigo publicado no diário ‘El País’.

Depois de vários meses de recolher obrigatório e de cercas sanitárias em vigor em várias regiões do país, como consequência do estado de emergência sanitária imposto no final de Outubro passado, os espanhóis viram aliviadas essas medidas desde a meia-noite de sábado.

Desde domingo, os órgãos de comunicação social têm vindo a noticiar e a mostrar imagens de centenas de pessoas a saltar, dançar e beber em festas de rua em Madrid, Barcelona e outras cidades espanholas, sem máscaras nem distâncias de segurança.

“Com Sánchez, passámos do estado de emergência sanitária ao caos”, criticou, no domingo, o líder do principal partido da oposição de direita, Pablo Casado, do Partido Popular (PP).

Em resposta a estas críticas, o ministro da Justiça assegurou que as regras actuais são “adequadas à fase da pandemia” em que o país se encontra e salientou que “28% da população já tinha recebido pelo menos uma dose de vacina”.

EM MENORES DE 60 ANOS

## Berlim autoriza uso de vacina da Johnson & Johnson

A Alemanha recomenda a vacina da Johnson & Johnson contra o novo coronavírus a partir dos 60 anos, mas permitirá o uso em pessoas abaixo desta idade após consulta médica e decisão pessoal.

O ministro da Saúde alemão, Jens Spahn, explicou que esta foi a decisão que tomou em conjunto com os responsáveis dos 16 estados federados, acatando a recomendação da Comissão Permanente de Vacinação (Stiko) do Instituto Paul Ehrlich (PEI). Na sua opinião, é “razoável” abrir também a possibilidade de pessoas com menos de 60 anos serem vacinadas contra a covid-19 com essa vacina, que requer apenas uma dose.

Esta é uma decisão similar à tomada em relação à vacina da AstraZeneca, outro medicamento em que foram relatados coágulos sanguíneos como efeitos colaterais “muito raros”.

Spahn argumentou que a maior parte dos lotes da vacina da Johnson & Johnson destinada à Alemanha chegará a partir de Junho e que, até lá, uma grande maioria das pessoas com mais de 60 anos já estará vacinada, pelo que o lógico é permitir o uso em pessoas mais jovens que não foram ainda imunizadas.

De acordo com os últimos dados do Ministério da Saúde alemão, mais de 60% das pessoas com 60 anos ou mais já estão vacinadas. Até ao final

de Junho, a Alemanha espera receber cerca de oito milhões de doses da vacina da Johnson & Johnson, de acordo com o compromisso do fabricante.

No entanto, Spahn enfatizou que a administração da vacina da Johnson & Johnson em pessoas com menos de 60 anos deve ser realizada somente após uma explicação médica dos efeitos colaterais “sérios, mas muito raros” que esta vacina pode ter e depois uma decisão pessoal.

Os Estados Unidos suspenderam temporariamente o uso da vacina após a detectar efeitos colaterais, mas a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) decidiu manter a recomendação, considerando que os casos são “muito raros”.



PRODUÇÃO DE VACINAS

## BioNTech anuncia instalação de fábrica em Singapura

O laboratório alemão BioNTech anunciou a intenção de instalar em Singapura uma fábrica de produção de vacinas RNA mensageiro da qual serão feitas várias centenas de milhões de doses desta vacina con-

tra a covid-19. A BioNTech planeia “criar uma instalação de produção de RNA totalmente integrada em Singapura” a fim de ser capaz de “abordar rapidamente potenciais riscos pandémicos, se necessário”,

de acordo com uma declaração.

A empresa sediada em Mainz, que se aliou à Pfizer nos EUA no desenvolvimento da vacina, também prevê construir uma sede no sudeste asiático em Singapura.

**COM VISTA A ACELERAR** a administração da segunda dose ao grupo prioritário, o Ministério da Saúde abriu dois novos postos de vacinação. Tratam-se do Pavilhão da Cidadela Desportiva e da Casa da Juventude de Viana.



PROVENIENTES DO BRASIL E DA ÍNDIA

## Angola interdita entrada de estrangeiros não residentes

O Governo decidiu interditar, temporariamente, a entrada no país de estrangeiros não residentes provenientes do Brasil e da Índia, determinando “quarentena institucional obrigatória” aos nacionais e estrangeiros residentes oriundos de ambos os países, devido à covid-19.

A medida, que consta do novo decreto presidencial sobre a situação de calamidade pública, foi apresentada em conferência de imprensa, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida.

Segundo o diploma legal, que entrou em vigor na segunda-feira e se estende até 8 de Junho, a interdição temporária é aplicável também a quem tenha feito

trânsito em qualquer um dos dois países.

“A quarentena institucional é sujeita à comparticipação”, lê-se no documento.

O reforço das medidas decorre do “aumento acelerado de casos positivos, aumento de mortes por covid-19 e o registo de novas variantes” no país, nomeadamente a sul-africana e inglesa, explicam as autoridades.

O “alto nível de contágio das novas variantes e a respectiva alta letalidade” são outros dos motivos do reforço das medidas.

Todas as 18 províncias já notificaram casos positivos da covid-19, mas Luanda é a única que regista a circulação comunitária das estirpes inglesa e sul-africana.

### MORTOS NOS ESTADOS UNIDOS

## Autoridades admitem que o número está subestimado

O consultor da Casa Branca para a covid-19 Anthony Fauci admitiu que a pandemia já matou muito mais pessoas que os 581 mil mortos oficiais dos Estados Unidos da América desde o início de 2020.

Questionado sobre um estudo recente publicado pela Universidade de Washington, que estima que o número de mortes pelo novo coronavírus nos Estados Unidos ronde as 900 mil, Fauci não validou esses dados, mas lembrou que as autoridades de saúde “disseram desde o início que havia uma subestimação da mortalidade”.

“Este modelo fala de um número significativo de mortes” [900 mil] e “coloca a subvalorização um pouco mais alta do que eu pensava, mas às vezes os modelos estão correctos e às vezes são um pouco menos”, disse à televisão NBC.

Contudo, referiu: “Acho que não há dúvida de que subestimamos e ainda estamos a subestimar” a mortalidade por covid-19, admitiu o especialista.

Os Estados Unidos, com mais de 32,5 milhões de casos e oficialmente 581 mil mortos, são o país com o maior número de óbitos e de infeções em termos absolutos.

Desde Janeiro, no entanto, os números de novos casos de infeção e de mortos diminuíram muito devido a uma forte campanha de vacinação. Após uma ligeira recuperação associada, em particular, às férias da primavera, o declínio foi retomado desde meados de Abril.

“Estamos num ponto de inflexão”, considerou o coordenador da luta contra a covid-19 da Casa Branca, Jeffrey Zients, ao canal CNN.

Segundo Zients, 58% dos adultos já receberam pelo menos a primeira dose da vacina e mais de 110 milhões de pessoas (um terço da população total) já estão totalmente vacinadas.



EM 2020

## Cabo Verde garante mais 25% de empréstimos internacionais

Os empréstimos concedidos a Cabo Verde dispararam quase 25% em 2020, para mais de 130 milhões de euros, devido à pandemia de covid-19, segundo dados do Ministério das Finanças deste país.

Segundo um relatório daquele ministério, o maior financiador de Cabo Verde em 2020 foi o Banco Mundial, com 51,2 milhões de euros, instituição internacional que financiou projectos ligados aos sectores da economia, transportes e turismo, e que 2019 emprestara ao arquipélago 59,4 milhões de euros.

Globalmente, o Estado cabo-verdiano fechou empréstimos no valor de 131 milhões de euros, valor que contrasta com os 105,9 milhões de euros em 2019, um aumento de 23,6% no espaço de um ano.

O Banco Africano de Desenvolvimento financiou Cabo Verde com 35 milhões de euros, o Fundo Monetário Internacional com 29,8 milhões de euros e, com financiamentos apenas bilaterais (Estado a Estado), a Áustria garantiu 3,5 milhões de euros.



POR VIOLAÇÃO

## Polícia detém quase 600 em uma semana

A polícia deteve, numa semana, 589 pessoas por violarem as regras relativas à situação de calamidade pública, e aplicou 586 multas por não usarem a máscara facial obrigatória devido à covid-19.

A informação consta do relatório semanal da Polícia Nacional sobre a situação de Calamidade Pública, no período entre 28 de Abril e 04 deste mês.

O balanço, que visa apresentar o trabalho operacional

desenvolvido pelas forças de defesa e segurança e os resultados alcançados, refere que, no período em análise, foram realizadas 23.989 actividades, das quais 10.459 acções de sensibilização, 6.433 dispersões de aglomerações e 65 intervenções em cerimónias fúnebres.

Os resultados apontam para a detenção de 589 pessoas, das quais 358 por violação à cerca sanitária nacional, seguindo-se 163 por desobediência a agen-

tes das autoridades, 60 por violação à cerca sanitária provincial e oito por desacato a agente da autoridade.

No período em referência, foram apreendidas 337 viaturas por excesso de lotação, 186 mesas misturadoras de som, 66 colunas de som e 23 computadores, tendo ainda sido efectuado o encerramento temporário de 15 estabelecimentos comerciais por incumprimento do horário de encerramento.

# Marcas & Estilos



## Para agendas ousadas

O relógio da South Lane Pure de fabricação suíça apresenta uma caixa PVD preta baça redonda e um movimento preciso da Swiss Quartz. O fundo simples e plano combinado com pequenos parafusos para marcar as horas dão um toque tradicional e especial. O design clássico, mas criativo, combina o estilo sueco com detalhes de vanguarda.



## Altamente versáteis

Estes copos são uma adição clássica e elegante à sua colecção de loiça. Quer esteja a servir um uísque suave com gelo ou um pequeno cocktail criativo, os copos Nude Churchill são altamente versáteis.



## AUTOMÓVEL

### Desempenho cintilante

Apesar da pandemia do novo coronavírus, uma série de novos super-carros está programada para chegar ainda ano, todos ostentando estatísticas de desempenho cintilantes e etiquetas de preços surpreendentes. Um dos quais é o McLaren Artura, que adoptou a tecnologia híbrida com o sensacional P1.

O novo Artura substitui o actual 570 S, utilizando um equipamento de força V6. O carro será construído em torno de uma banheira de fibra de carbono e vai compartilhar uma aparência agressiva frontal do modelo 'Speedtail' da empresa.

O preço está em torno dos 'módicos' 223 mil dólares.

## AGENDA

### LUANDA

#### 11 A 13 DE MAIO

3.ª Conferência internacional de extensão universitária em Angola, simultaneamente de modo presencial, na ESPBengo, e online, com o tema 'A extensão universitária face às catástrofes naturais do nosso tempo'.

#### 28 DE MAIO

Realiza-se o 'Meu negócio, minha experiência - encontro de negócios', com a presença de Ambrósio Ndolumingo e Naice. Às 10h00, na Mediateca 28 de Agosto. Bilhetes a 1.000 kwanzas.

### LUBANGO

#### 12 A 14 DE MAIO

Decorre a formação sobre técnicas para abrir um negócio, no Colégio Meu Livro, por detrás da Ende, às 16h00. Para mais informações, 923 422 380 ou 939 638 510.

## LIVROS



"ESTA PUBLICAÇÃO de matemática financeira apenas atesta a veracidade das minhas palavras, posto que tamanha é a clareza com que os temas são explicados e fixados", avança Fabrício Mariano, autor da obra.



ESTE LIVRO LEVA-O para o mundo das negociações de alto risco e para dentro da mente de Chris Voss, que, na carreira no FBI, se tornou no principal negociador internacional em situações de sequestro.



## TURISMO

### Memórias incríveis

A Ilha Thanda, na Tanzânia, é o lugar ideal para encontros familiares. Situada na Reserva Marinha Shungimbili, é a única protegida de uso exclusivo no mundo. Tem capacidade para 18 hóspedes numa vila de cinco suites e duas Bandas (chalés de praia) tradicionais da Tanzânia. A ênfase aqui está em isolar o resto do mundo e em fazer memórias incríveis.

Aqui fazem-se passeios de helicóptero e de iate privativo, refeições, bebidas e uma grande variedade de actividades - incluindo tratamentos de spa ilimitados, mergulho e natação com tubarões-baleia, além de pesca em alto mar, jacto esqui, desportos aquáticos e ioga.



PARA COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

# Arábia Saudita quer plantar 50 mil milhões de árvores

Com o objetivo de combater as alterações climáticas que estão a deixar as terras da região cada vez menos férteis, a Arábia Saudita prevê, para breve, plantar 50 mil milhões de árvores por todos os estados árabes.

Depois de finalizado, prevê-se que poderá ser o maior projecto de plantação do mundo.

Em declarações ao Arab News, o príncipe saudita Mohammed bin Salman avançou que, “como um produtor líder mundial de

petróleo, o país está “totalmente consciente da responsabilidade em fazer avançar a luta contra a crise climática” e, assim como diz ter “desempenhado um papel de liderança na estabilização dos mercados de energia durante a era do petróleo e do gás”, vai trabalhar “para liderar a próxima era verde”.

A medida, cujos detalhes serão revelados nos próximos meses, faz parte das duas iniciativas apresentadas e que visam construir uma nova era de políticas ambientais, ‘Verde Saudita e Verde Oriente Médio’, que têm inseridas, além da plantação, uma campanha de energia verde que quer reduzir as emissões globais de carbono em

## MEMORIZE

- **Arábia Saudita** prevê plantar 50 mil milhões de árvores por todos os estados árabes num plano que visa mostrar disponibilidade em participar nos na luta contra crise climática.

# 50

Porcento, previsão de produção de energia verde até 2030

8% e as emissões na região em 60%. Isto implica a produção de 50% de energia verde até 2030. O país pretende, com este projecto, aumentar a sustentabilidade económica e ecológica através dos recursos naturais.

As duas iniciativas nascem dos esforços ambientais que a Arábia Saudita já desenvolveu nos anos anteriores enquanto trava batalhas contra a desertificação, a pouca chuva e as tempestades de poeira. O país engloba muitos dos maiores, mais secos e também mais quentes desertos do mundo, o que o torna particularmente vulnerável às alterações climáticas.



TRÁFICO DE MARFIM

## Polícia detém caçadores furtivos na Huíla

A polícia deteve sete caçadores furtivos, entre os quais um fiscal, no Parque Nacional do Bicular, na Huíla, que se dedicavam à caça essencialmente de elefantes para a comercialização de marfim.

A detenção dos suspeitos decorreu no âmbito de investigações levadas a cabo pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) local, que culminou igualmente com a apreensão de sete armas de fogo.

“A detenção de sete cidadãos foi no Parque Nacional do Bicular, presumíveis autores do crime de associação criminosa, tendo sido encontrada em posse deles sete armas de fogo. Foram detidos em flagrante delito”, disse o porta-voz do SIC na Huíla, Sebastião Vika, em declarações à RNA.

Segundo o responsável, os detidos tinham como preferência o abate de elefantes para a comercialização do marfim.

Um dos implicados admitiu que matou um elefante e comercializou o marfim a um namibiano, ao equivalente a mais de 360 dólares.



## NÚMEROS DA SEMANA

26,43%

**Aumento** da receita de diamantes que se fixou em 220,3 milhões de dólares, no primeiro trimestre deste ano, com a venda de 1,1 milhões de quilates.

7,8

**Mil milhões kz** montantes recuperados pela Recredit, nos últimos 12 meses, de um total de 182.7 mil milhões kwanzas, do crédito malparado do BPC.

100

**Mil milhões kz** Dívida dos clientes à Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (Ende), em todo o país.

700

**Milhões USD** Acordo de financiamento à tesouraria do Governo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

## GRUPO MANTÉM JORNAL MERCADO E REVISTA RUMO

## Media Rumo extingue 'Vanguarda'

O jornal Vanguarda, um dos três títulos do grupo Media Rumo, acaba de ser descontinuado. Em comunicado, o conselho de administração da empresa que detém a publicação alega o actual contexto em Angola e no mundo como a causa do encerramento do título. Além de descontinuar a edição física do Vanguarda, que nos últimos tempos era publicada quinzenalmente em PDF, o grupo vai também descontinuar a publicação nas plataformas digitais,

concretamente no site, Facebook e Instagram. O Jornal desaparece assim cinco anos depois da sua criação, em Abril de 2016.

Entretanto, o jornal Mercado, também do mesmo grupo empresarial, passou, a partir de 7 de Maio, a semanário, em PDF, e mantém o site e as redes sociais. E pode voltar a ser impresso "em data a anunciar oportunamente". Já a revista Rumo, indica o comunicado, regressa às bancas em Junho de 2021, passando a ter periodicidade trimestral.

## GARANTIA DO EMBAIXADOR DANIEL VOSGIEN

## Franceses 'de olho' no Porto do Lobito

O embaixador da França em Angola, Daniel Vosgien revelou nesta, segunda-feira, no Lobito a intenção de usar toda a sua influência para que os empresários do seu país entrem no concurso internacional de concessão dos terminais e possam transmitir a sua experiência no domínio da exploração portuária.

O diplomata gaulês deslocou-se ao Lobito para observar as potencialidades do Porto que considerou "estimulantes" e inteirar-se dos trâmites do concurso que é lançado ainda este mês. O terminal de carga geral (Multiuso) será o primeiro dos quatro a ser concessionado segundo o presidente do conselho de administração da empresa portuária, Celso Rosas.

O PCA do Porto do Lobito disse

que a abertura para o investimento privado tem 'arrastado' vários países, empresas e instituições de prestígio internacional para visitarem esta unidade portuária no âmbito da importância estratégica do corredor do Lobito.

O gestor espera que os operadores franceses sejam os primeiros a entrar no negócio dos terminais, por ser o Lobito um porto do futuro e a rota mais curta de escoamento para Europa de minérios concentrados na República Democrática do Congo e não só.

Para além do Porto do Lobito, o embaixador visitou igualmente o CFB e empresas francesas que operam em Benguela e previa manter um encontro com a comunidade francesa residente na província.



## ESTUDO DE TRÊS CONSULTORAS

## Pandemia causou demissão de 51% dos funcionários

A pandemia da covid-19 colocou no desemprego 51% da força de trabalho em Angola, segundo revela um relatório do estudo elaborado conjuntamente pela Jobartis, Boston Consulting Group e The Network entregue ao VALOR.

O estudo referente ao ano passado, só agora divulgado, aponta que 37% das áreas não foram preenchidas e houve registo do aumento de tempo de trabalho na ordem de 12%. Salienta que, entre os que sentiram mais impacto negativo da covid-19, se destacam os funcionários ligados à assistência social, jurídica, ciência e pesquisa, trabalho manual e fabricação, venda e turismo.

O levantamento aponta ainda que 83% dos participantes desejam voltar a treinar para uma função diferente, enquanto 16% pretendem treinar novamente e necessário e 1% não está disposto.

Participaram do estudo 4.788 pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos, 71% dos quais do sexo masculino e 28% do feminino. Do número, 67% têm qualificações secundárias, 18% ensino médio e 11% são bacharéis.